

---

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PRIMAV CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.

ENTRE

PRIMAV CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.  
*como Emissora,*

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
*como Agente Fiduciário*

DATADO DE 21 DE JULHO DE 2014

---

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PRIMAV CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**PRIMAV CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Teófilo Otoni, nº 63, 3º andar - parte, CEP 20090-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.110.124/0001-21, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**"); e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão ("**Debenturistas**"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("**Lei das Sociedades por Ações**") ("**Agente Fiduciário**", e em conjunto com a Emissora, "**Partes**");

celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Primav Construções e Comércio S.A. ("**Escritura**"), nos termos e condições abaixo.

## **1. AUTORIZAÇÃO**

**1.1.** A emissão das debêntures objeto da presente Escritura ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente) e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**"), serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de julho de 2014 ("**AGE**"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Emissora.

**1.2.** Esta Escritura será objeto de aditamento para convolar a sua espécie quirografária em espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 4.10 abaixo.

## **2. DOS REQUISITOS**

**2.1.** A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações**

**2.1.1.1.** A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima deverá ser devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**"), e publicada no Diário Oficial do Estado

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Monitor Mercantil", nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **2.1.2. Constituição da Garantia Real**

**2.1.2.1.** A alienação fiduciária objeto do Contrato de Alienação Fiduciária e o cumprimento da Condição Suspensiva, conforme abaixo definidos, deverão ser averbados, conforme disposto no artigo 40 e inciso III do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações e observados os prazos estabelecidos no Contrato de Alienação Fiduciária, nos livros da instituição financeira escrituradora das Ações Alienadas Fiduciariamente, conforme definido abaixo, que as anotarà no extrato da conta de depósito fornecida ao acionista, devendo a Emissora apresentar ao Agente Fiduciário comprovação de tais averbações e um extrato acima referido, evidenciando a alienação fiduciária criada.

**2.1.2.2.** Em virtude da garantia real prestada pela Emissora em benefício dos Debenturistas, o Contrato de Alienação Fiduciária, conforme abaixo definido, será protocolado para registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, bem como a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário via(s) original(is) do Contrato de Alienação Fiduciária devidamente registrado, observados os prazos estabelecidos no Contrato de Alienação Fiduciária.

#### **2.1.3. Inscrição da Escritura**

**2.1.3.1.** Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCERJA, de acordo com o disposto no inciso II e § 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **2.1.4. Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

**2.1.4.1.** A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, perante a CVM, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação.

**2.1.4.2.** A Emissão será registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, conforme disposto no artigo 1º, §2º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA"), não sendo aplicáveis à Emissão as disposições constantes no Código ANBIMA, exceto aquelas previstas em seu Capítulo V, desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas.

#### **2.1.5. Registro para Distribuição e Negociação**

**2.1.5.1.** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e para negociação no mercado secundário no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. –



Mercados Organizados ("CETIP"), sendo as distribuições e negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

### **3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1. Objeto Social da Emissora**

**3.1.1.** A Emissora tem por objeto social: (i) a execução e a exploração de todas as áreas de engenharia e da construção especialmente, mas não se limitando a comercialização de imóveis próprios fora da faixa de fronteira; (ii) a exploração e a execução de projetos e serviços da indústria da construção civil; (iii) a exploração, direta ou indireta, de negócios de concessão de obras e serviços públicos em suas diversas modalidades; (iv) locação de veículos automotores; e (v) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades.

#### **3.2. Número da Emissão**

**3.2.1.** Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

#### **3.3. Montante da Emissão**

**3.3.1.** O montante total da Emissão será de até R\$149.000.000,00 (cento e quarenta e nove milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

#### **3.4. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

**3.4.1.** O Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Vila Yara, s/nº, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, será o banco liquidante e o escriturador mandatário das Debêntures ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário").

#### **3.5. Destinação dos Recursos**

**3.5.1.** Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão utilizados para: (i) o pagamento da Dívida Existente; e (ii) reforçar o capital de giro e investimentos da Emissora.

#### **3.6. Negociação e Procedimento de Negociação**

**3.6.1.** As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados, nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

**3.6.2.** Nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409, são considerados Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

**3.6.3.** Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

### **3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição**

**3.7.1.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização, com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos e condições estabelecidos no "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da 2ª (Segunda) Emissão da Primav Construções e Comércio S.A." ("Contrato de Distribuição").

**3.7.2.** Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476.

**3.7.3.** No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e de que (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

**3.7.4.** Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

**3.7.5.** Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.



#### **4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

##### **4.1. Características Básicas**

###### **4.1.1. Valor Nominal Unitário**

**4.1.1.1.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

###### **4.1.2. Quantidade de Debêntures**

**4.1.2.1.** Serão emitidas até 149 (cento e quarenta e nove) Debêntures.

###### **4.1.3. Número de Séries**

**4.1.3.1.** A Emissão será realizada em série única.

###### **4.1.4. Data de Emissão**

**4.1.4.1.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 28 de julho de 2014 ("Data de Emissão").

###### **4.1.5. Prazo e Data de Vencimento**

**4.1.5.1.** As debêntures terão prazo de vigência de 1 (um) ano contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de julho de 2015 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.4 abaixo e de resgate antecipado facultativo total, em conformidade com a Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obrigase a proceder ao pagamento das Debêntures, em moeda corrente nacional, pelo saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) devidos, calculados conforme a Cláusula 4.5 abaixo.

###### **4.1.6. Forma, Tipo e Conversibilidade**

**4.1.6.1.** As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, simples e não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de certificados.

###### **4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

**4.1.7.1.** A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### **4.1.8. Espécie**

**4.1.8.1.** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sujeitas à convolação para a espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 4.10 abaixo.

#### **4.1.9. Garantia Real**

**4.1.9.1.** Quando da implementação da Condição Suspensiva, conforme definido abaixo, as Debêntures contarão com garantia real representada por alienação fiduciária de 13.100.000 (treze milhões e cem mil) ações de emissão da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Ecorodovias I&L") detidas pela Emissora, negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") sob o símbolo (*ticker*) "ECOR3", bem como todas as ações derivadas de tais ações por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, capitalização de lucros ou reservas, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação de tais ações e quaisquer bens ou títulos nos quais tais ações sejam convertidas ou que venham a substituir tais ações (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), incluindo, sem limitação, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, e o direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Ecorodovias I&L, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação da Emissora na Ecorodovias I&L, sejam elas atualmente ou no futuro detidas pela Emissora (em conjunto, "Ações Alienadas Fiduciariamente"), não englobando o objeto desta garantia dividendos, lucros, frutos, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores a serem recebidos de qualquer outra forma, pela Emissora, da Ecorodovias I&L, relativos às Ações Alienadas Fiduciariamente, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Ecorodovias I&L, na qualidade de interveniente-anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária" e "Garantia").

**4.1.9.2.** A Garantia passará a ser plenamente válida e eficaz após a ocorrência da quitação integral das obrigações da Emissora, bem como a liberação dos gravames, relacionados aos seguintes instrumentos: (i) notas promissórias comerciais da primeira emissão da Emissora, emitidas em 28 de janeiro de 2014; e (ii) Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças celebrado em 28 de janeiro de 2014 entre a Emissora, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Ecorodovias I&L ("Dívida Existente" e "Condição Suspensiva").

#### **4.1.10. Convolução da Espécie das Debêntures**

**4.1.10.1.** As Debêntures passarão automaticamente a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, no momento em que a Condição Suspensiva for implementada.

**4.1.10.2.** A Emissora e o Agente Fiduciário estão desde já autorizados e obrigados a celebrar aditamento a esta Escritura, nos termos do Anexo I à presente Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da implementação da Condição Suspensiva, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer outro ato societário da Emissora, exclusivamente



para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real.

#### **4.2. Preço de Subscrição**

**4.2.1.** O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, acrescido, *pro rata temporis*, pelos Juros Remuneratórios (conforme abaixo) previstos na Cláusula 4.5 abaixo, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pelo subscritor.

#### **4.3. Integralização e Forma de Pagamento**

**4.3.1.** As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos da CETIP.

#### **4.4. Atualização do Valor Nominal Unitário**

**4.4.1.** Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

#### **4.5. Remuneração**

**4.5.1.** As Debêntures renderão juros a taxa correspondente à variação acumulação de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa de 2% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Juros Remuneratórios” e “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme abaixo definido), conforme o caso, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

**4.5.1.1** A Remuneração será calculada pela seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor dos juros remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, composto pelo parâmetro de flutuação, acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:



$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI, variando de um até nDI.

nDI = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "nDI" um número inteiro; e

TDIk = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DIk = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

onde,

spread = 2,0000; e

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

#### 4.5.1.2 Observações:

- (a) O fator resultante da expressão  $(1 + \text{TDIk})$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + \text{TDIk})$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

**4.5.1.3.** Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDIk a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

**4.5.1.4.** No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, ou determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar, conforme o caso: (a) do 1º (primeiro) dia útil após a extinção da Taxa DI; (b) do 1º (primeiro) dia útil após o período de 10 (dez) dias consecutivos em que a Taxa DI não tenha sido apurada e/ou divulgada; ou (c) do 1º (primeiro) dia útil após a existência de impossibilidade legal ou de determinação judicial proibindo a aplicação da Taxa DI, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula 8 desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração que será aplicado, observado o disposto na Cláusula 4.5.1.5 abaixo. Até a deliberação do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração, será utilizada a última Taxa DI divulgada quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da definição do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração.

**4.5.1.5.** Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão (ou da Data de Pagamento da



Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável). Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDIK o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura para fins de cálculo da Remuneração.

**4.5.1.6.** Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta deverá prever que a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração.

**4.5.1.7.** Define-se “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

#### **4.6 Pagamento da Remuneração**

**4.6.1.** Os Juros Remuneratórios serão pagos em uma única parcela, na Data de Vencimento (“Data de Pagamento da Remuneração”), juntamente com o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou com o saldo do Valor Nominal Unitário, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo total e de amortização extraordinária parcial facultativa, conforme estabelecidas na Cláusula 5.2 abaixo.

#### **4.7 Repactuação**

**4.7.1** Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.8 Amortização**

**4.8.1** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 1 (uma) única parcela, a ser realizada na Data de Vencimento (“Data de Amortização”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo total e de amortização extraordinária parcial facultativa, conforme estabelecidas nas Cláusulas 5.2 e 5.3, respectivamente.

#### **4.9 Condições de Pagamento**

##### **4.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária**

**4.9.1.1** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura serão efetuados pela Emissora em moeda corrente nacional: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) por meio do Banco Liquidante, para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

**4.9.1.2** Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação

comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

#### **4.9.2 Prorrogação dos Prazos**

**4.9.2.1** Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

#### **4.9.3 Encargos Moratórios**

**4.9.3.1** Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

#### **4.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

**4.9.4.1** Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento e/ou a data do comunicado mencionado nesta Cláusula.

#### **4.10 Publicidade**

**4.10.3** Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOERJ e no jornal "Monitor Mercantil", usualmente utilizado pela Emissora para as suas publicações, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.



## **5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARCIAL FACULTATIVA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **5.1 Aquisição Facultativa**

**5.1.1** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação.

### **5.2 Resgate Antecipado Facultativo Total**

**5.2.1** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado ocorrerá mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) acrescido da Remuneração *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo resgate, calculados nos termos desta Escritura, e de demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado, sem o pagamento de qualquer prêmio ou penalidade aos Debenturistas.

**5.2.1.1** O Resgate Antecipado deverá ser precedido de notificação por escrito individual, sem necessidade de publicação em jornais, aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, ambos com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do efetivo Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado").

**5.2.1.2** Na Comunicação de Resgate Antecipado deverá constar: (i) a data do Resgate Antecipado; (ii) o local de realização; (iii) procedimento de resgate; e (iv) demais informações necessárias para a operacionalização do resgate das Debêntures. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do Resgate Antecipado seguirá os procedimentos da CETIP, a qual deverá ser notificada pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, com anuência expressa mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização.

**5.2.1.3** As Debêntures resgatadas nos termos previstos nesta Cláusula deverão ser canceladas pela Emissora.

### **5.3 Amortização Extraordinária Parcial Facultativa**

**5.3.1** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures, limitada a 90% (noventa por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária Parcial Facultativa"). A Amortização Extraordinária Parcial Facultativa ocorrerá mediante o pagamento da parcela do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor

Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data da efetiva amortização, calculados nos termos desta Escritura, sem o pagamento de qualquer prêmio ou penalidade aos Debenturistas.

**5.3.2** A Amortização Extraordinária Parcial Facultativa deverá ser precedida de notificação por escrito individual, sem necessidade de publicação em jornais, aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data da efetiva Amortização Extraordinária Parcial Facultativa ("Comunicação de Amortização Extraordinária Parcial Facultativa").

**5.3.3** Na Comunicação de Amortização Extraordinária Parcial Facultativa deverá constar: (i) a data da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa; (ii) o local de realização; (iii) o percentual e o procedimento de amortização; e (iv) demais informações necessárias para a operacionalização da amortização das Debêntures.

**5.3.4** Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, sendo que a Amortização Extraordinária Parcial Facultativa deverá ser comunicado pela Emissora à CETIP, por meio de correspondência com a anuência expressa do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data de sua realização.

#### **5.4 Vencimento Antecipado**

##### **5.4.1 Hipóteses de vencimento antecipado**

O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.4.1.1 e 5.4.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- (ii) não pagamento pela Emissora, nas respectivas datas de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, não sanadas no prazo de 1 (um) dia útil, contados da data do respectivo vencimento;
- (iii) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do respectivo descumprimento, exceto quando houver prazo de cura específico;





- (iv) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, em valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA;
- (v) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira devida pela Emissora, em valor individual ou agregado, superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se o não pagamento da obrigação financeira na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância do credor correspondente, ou (ii) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora ou por quaisquer de suas controladas;
- (vi) redução do capital social da Emissora, sem aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo)
- (vii) distribuição, pela Emissora, de dividendos ou de juros sobre capital próprio caso a Emissora esteja em mora com relação à quaisquer obrigações financeiras ou ao pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) mudança na composição acionária que venha a resultar em alienação do controle societário da Emissora, da Ecorodovias I&L e/ou de suas controladas diretas e indiretas que sejam concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (ix) operações de cisão, fusão, incorporação de sociedades, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora, exceto para reorganizações societárias realizadas dentro do grupo econômico da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica de que trata o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que tal consentimento deverá ser de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (x) protesto de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza contra a Emissora, com valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora: (i) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) que o protesto foi cancelado; ou ainda, (iii) que foram prestadas garantias em juízo no valor correspondente;
- (xi) não cumprimento de qualquer decisão final de caráter administrativo, arbitral ou judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o

equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, exceto se tal decisão for extinta ou tiver sua eficácia suspensa, enquanto permanecer a suspensão, devendo a Emissora comprovar tal extinção ou suspensão de eficácia em até 10 (dez) dias, contados da certificação do trânsito em julgado ou da decisão arbitral definitiva;

- (xii) (a) apresentação ou requerimento, pela Emissora, de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial ou requerimento de autofalência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei; (b) interdição, requerimento e/ou decretação de falência da Emissora, suas controladas e coligadas; e (c) se a Emissora, suas controladas e coligadas, propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- (xiii) transformação da Emissora em outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiv) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (xv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura, sem prévia autorização dos Debenturistas, exceto se: (a) tal operação de transferência ou cessão tiver sido aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) decorrer de operação de fusão, incorporação de sociedades ou cisão previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xvi) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (xvii) constituição, pela Emissora, de quaisquer ônus ou gravames sobre seus bens móveis ou imóveis, sem aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), exceto: (a) no caso de serem objeto de penhores, depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais, desde que liberados em 30 (trinta) dias de sua constituição; (b) de eventuais ônus ou gravames existentes na Data de Emissão; (c) de ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas para fins de constituição de garantias, única e exclusivamente, para operações de captação de recursos cujo objetivo seja viabilizar projetos da modalidade *built to suit*; ou (d) no caso de as Ações Alienadas Fiduciariamente serem oneradas ou dadas em garantia para assegurar o cumprimento de eventuais obrigações a serem assumidas em virtude de qualquer novo endividamento contraído pela Emissora;
- (xviii) (a) se a Garantia não for devidamente registrada pela Emissora, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis; ou (b) se a Garantia, por qualquer fato atinente ao seu objeto tornar inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar o cumprimento das



obrigações decorrentes desta Escritura ou na hipótese da Emissora questionar judicialmente qualquer de seus termos;

- (xix) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que acarrete indisponibilidade ou perda de bem móvel ou imóvel que representem mais de 5% (cinco por cento) dos ativos totais da Emissora, de acordo com suas últimas demonstrações financeiras consolidadas disponíveis;
- (xx) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e licenças relevantes da Emissora, inclusive ambientais, necessárias para o exercício de suas atividades principais, ou seja, que causem a interrupção relevante das operações da Emissora, em conformidade com a legislação aplicável;
- (xxi) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada);
- (xxii) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão, estritamente nos termos da Cláusula 3.7 acima;
- (xxiii) até que todas as obrigações nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas e liberadas, prestação de quaisquer garantias fidejussórias pela Emissora para empresas que não façam parte do grupo econômico da Emissora, exceto se aprovado previamente por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xxiv) se, por qualquer motivo, a Ecorodovias I&L deixe de ter registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM; e
- (xxv) se, por qualquer motivo, as ações de emissão da Ecorodovias I&L, negociadas na BM&FBOVESPA sob o símbolo "ECOR3" deixem de ser negociadas.

**5.4.1.1** A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos itens "ii", "iv", "v", "vi", "vii", "viii", "ix", "xii", "xiii", "xv", "xvi" e "xvii" acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

**5.4.1.2** Na ciência da ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento excetuados na Cláusula 5.4.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar sobre a eventual não decretação do vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo.

**5.4.1.3** O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em

Circulação. Caso a assembleia não seja realizada no prazo previsto nesta Escritura, ou, se realizada, dela não resulte decisão no sentido de autorizar o Agente Fiduciário a não decretar o vencimento antecipado, o vencimento antecipado dar-se-á automaticamente, independentemente de aviso, interpelação ou notificação.

**5.4.2** Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário.

**5.4.3** Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o resgate das mesmas em até 2 (dois) dias úteis, em uma única data, a contar da data da decretação do vencimento antecipado, obrigando-se a Emissora a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a Data da Emissão, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do pagamento, dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

**5.4.4** Fica estabelecido que a verificação dos Eventos de Inadimplemento, pelo Agente Fiduciário, relativos às controladas e coligadas da Emissora será feita com base nas declarações a serem fornecidas pela Emissora, atestando o cumprimento das disposições desta Escritura, nos termos da Cláusula 6.1, (iii), (a) e (b) abaixo, exceto na hipótese do Agente Fiduciário tomar ciência, por qualquer outro meio, da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, devendo este tomar todas as providências nos termos desta Escritura.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**6.1** A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) despesas com a contratação e atuação do Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e assessores legais;
- (ii) observar com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, especialmente a Instrução CVM 476;
- (iii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social ou 5 (cinco) dias úteis após sua publicação, o que ocorrer primeiro, desde que respeitado o prazo previsto na legislação e regulamentação vigente, cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores



independentes registrados na CVM, bem como declaração do(s) diretor(es) da Emissora atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora, inclusive com relação às controladas e coligadas da Emissora, e cópia atualizada do organograma do grupo societário da Emissora;

- (b) em até 5 (cinco) dias contados da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, documentos comprobatórios da utilização dos recursos decorrentes da Oferta, na forma da Cláusula 3.7 desta Escritura; e
  - (c) informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura imediatamente após a sua ocorrência.
- (iv) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (v) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário; e

- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP e/ou pela ANBIMA.
- (vi) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (vii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar o Agente Fiduciário, em até 3 (três) dias úteis, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura;
- (xi) não onerar as Ações Alienadas Fiduciariamente, bem como mantê-las livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames, acordo de acionistas ou disposição contratual que limite ou impeça a excussão da garantia, exceto no caso de as Ações Alienadas Fiduciariamente serem oneradas ou dadas em garantia para assegurar o cumprimento de eventuais obrigações a serem assumidas em virtude de qualquer novo endividamento contraído pela Emissora;
- (xii) promover os respectivos registros do Contrato de Alienação Fiduciária nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes até a data de integralização, conforme previsto na Cláusula 4.1.9.1.4 acima;
- (xiii) fornecer ao Agente Fiduciário, tempestivamente após o efetivo registro, vias originais do Contrato de Alienação Fiduciária e de eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos prazos estabelecidos no Contrato de Alienação Fiduciária;
- (xiv) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvi) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;



- (xvii) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades principais;
- (xviii) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;
- (xix) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias úteis antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e
- (xx) notificar em até 1 (um) dia útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

**7.1** A Emissora constitui e nomeia a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, acima qualificada, como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

**7.1.1** O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- (xi) verificou que, na data de assinatura desta Escritura, não é possível atestar sobre a constituição da garantia real prestada, visto que a alienação fiduciária das ações somente será averbada nos livros da instituição financeira custodiante das Ações Alienadas Fiduciariamente no prazo mencionado na Cláusula 2.1.2.1 acima. Além disso, a garantia não será oponível perante terceiros até o devido registro do Contrato de Alienação Fiduciária nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e do cumprimento da Condição Suspensiva. No que tange à suficiência da garantia real, destacamos que a mesma é suficiente, representando, pelo menos, 129,68% (cento e vinte e nove inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) do valor total da Emissão, conforme apuração realizada com base no preço de fechamento das Ações Alienadas Fiduciariamente do dia 18 de julho de 2014, de acordo com informações obtidas junto ao site da BM&FBOVESPA.

**7.2** A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

**7.3** Na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário informou que também presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Elog S.A. ("2ª Emissão da ELOG"), com vencimento em 20 de fevereiro de 2020, pela qual foram emitidas 300 (trezentas) debêntures, totalizando o montante de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da ELOG são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Ecorodovias I&L, Ecopátio Logística Cubatão LTDA., Elog Logísticas Sul LTDA. e Elog Sudeste S.A., conforme previsto na escritura de emissão; e (ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials]*





simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da Concessionárias Ecovias dos Imigrantes S.A. ("2ª Emissão da IMIGRANTES"), com vencimento em 15 de abril de 2020 para as debêntures da primeira série e 15 de abril de 2024 para as debêntures da segunda série, pela qual foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures da primeira série e 681.000 (seiscentas e oitenta e uma mil) debêntures da segunda série, totalizando o montante de R\$881.000.000,00 (oitocentos e oitenta e um milhões de reais). Até a presente data não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da IMIGRANTES não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

**7.4** Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

**7.4.1** Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo referido na Cláusula 7.4 acima, caberá à Emissora efetuar-lá.

**7.4.2** A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

**7.4.3** Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando sua substituição.

**7.4.4** É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

**7.4.5** A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

**7.4.6** A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERJA e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, onde será inscrita a presente Escritura.

**7.4.7** O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

**7.4.8** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

**7.5** Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, contudo não é obrigado a atestar a veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, às expensas desta, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da incidência de descumprimento de obrigação não pecuniária. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades de que tenha conhecimento;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (ix) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (x) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública,



cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

- (xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante edital publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.10.3 acima;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xv) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
  - (a) na sede da Emissora;

- (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - (c) na CVM; e
  - (d) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
- (xvi) publicar comunicado aos Debenturistas, às expensas da Emissora, de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;
- (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora, e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xx) conferir o cálculo do preço unitário das Debêntures feito pela Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de seu *website*, [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

**7.6** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, conforme assim deliberado, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.



**7.7** O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.6, (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) e observado o quórum estabelecido na Cláusula 5.4.1.2, esta assim o autorizar.

**7.8** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

**7.9** Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

**7.10** Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração, em parcela única, de R\$4.000,00 (quatro mil reais), devida pela Emissora, sendo a parcela devida 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura desta Escritura. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

**7.11** A parcela mencionada na Cláusula 7.10 acima será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

**7.12** Os serviços previstos nesta Escritura prestados pelo Agente Fiduciário são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e Lei das Sociedades por Ações.

**7.13** As remunerações do Agente Fiduciário não incluem as despesas com notificações, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, extração de certidões extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, estadias, alimentação, transporte e publicações em geral, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas às Debêntures e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas



contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da Emissão, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

**7.14** No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

**7.15** Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários aqui descritos.

**7.15.1** Na hipótese de ocorrer o vencimento antecipado, a aquisição facultativa, ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, conforme previstos nesta Escritura, antes do prazo final definido na Cláusula 4.1.5, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

**7.15.2** O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

**7.15.3** Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva substituição.

## **8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

**8.1** Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

**8.2** Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.



**8.3** A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

**8.4** A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

**8.5** Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

**8.6** O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

**8.7** A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

**8.8** Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, bem como nos casos de *waiver* ou perdão temporário, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

**8.8.1** A alteração de quórum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quórum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

**8.8.2** Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de: (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

## **9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

**9.1** A Emissora declara e garante, individualmente e em relação a si própria, que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Contrato de Alienação Fiduciária e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou aqueles objeto de renúncia por seus respectivos credores, sendo que tal renúncia deverá ser comprovada ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura, do Contrato de Alienação Fiduciária e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCERJA, o registro do Contrato de Alienação Fiduciária nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e do registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não tem ciência nem foi notificada acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (viii) as suas situações econômicas, financeiras e patrimoniais, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e de 30 de junho de 2014 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;

*B* *C*





- (x) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (xi) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles que: (i) não possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura ou no Contrato de Alienação Fiduciária; ou (ii) questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, constantes das demonstrações financeiras da Emissora;
- (xii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Oferta;
- (xiii) as Ações Alienadas Fiduciariamente são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade, e se encontrarão, após a implementação da Condição Suspensiva, livres e desembaraçados de quaisquer constrições ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelos criados pelo Contrato de Alienação Fiduciária;
- (xiv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xv) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xvi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura; e
- (xvii) não há fatos relativos à Emissora, a suas controladas e coligadas, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**10.1** As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

**PRIMAV CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A**

Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 1º andar, cj. 12

CEP 04543-121, São Paulo/SP  
At.: Sr. João Alberto Gomes Bernacchio  
Tel: + 55 (11) 3792-3840  
Fax: + 55 (11) 3792 3841  
E-mail: jbernacchio@cralmeida.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
Avenida das Américas 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304  
CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira  
Tel: + 55 (21) 3385-4565  
Fax: + 55 (21) 3385-4046  
E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

**BANCO BRADESCO S.A.**  
Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara  
CEP 06029-900 – Osasco, SP  
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fábio da Cruz Tomo  
Tel: + 55 (11) 3684-7911 / 3684-2852  
Fax: + 55 (11) 3684-5645  
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

(iv) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**  
Avenida República do Chile, 230, 11º andar  
CEP 20031-170 – Rio de Janeiro, RJ  
Tel.: + 55 (21) 2276-7474  
Fax: + 55 (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar  
CEP 01452-001 – São Paulo, SP  
Tel.: + 55 (11) 3111-1596  
Fax: + 55 (11) 3115-1564

(v) Para a CVM:

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM**  
Rua Sete de Setembro, 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares, Centro  
CEP 20050-901 – Rio de Janeiro, RJ  
At. Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE  
Tel.: + 55 (21) 3554-8583  
Fax: + 55 (21) 3554-8356  
E-mail: sre@cvm.gov.br





**10.1.1** As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

**10.1.2** As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

**10.1.3** A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Liquidante, ao Agente Fiduciário e ao Escriturador Mandatário pela Emissora.

**10.2** Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

**10.3** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**10.4** Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**10.5** Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**10.6** Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

**10.7** Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

**10.8** Fica eleito o Foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2014.

*(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinaturas)*





*(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Primav Construções e Comércio S.A.)*

**PRIMAV CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.**

*[Assinatura manuscrita]*

Nome:

Cargo:

*[Assinatura manuscrita]*

Nome:

Cargo:

*[Assinatura manuscrita]*

*OM*



*(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Primav Construções e Comércio S.A.)*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**


Rosane Basilio

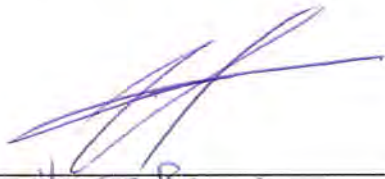
Nome: Rosane da Silva Basilio  
Cargo: Procuradora  
RG: 41.295.392-4  
CPF: 421.493.088-60



(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Primav Construções e Comércio S.A.)

**TESTEMUNHAS:**

1.   
Nome: Sandra Lima Reis  
RG: 12.197.1828

2.   
Nome: VALTER SREANZA  
RG: 8.836.138

## ANEXO I

### MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA PARA CONVOLAÇÃO DA ESPÉCIE DAS DEBÊNTURES

[●] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PRIMAV CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**PRIMAV CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Teófilo Otoni, nº 63, 3º andar - parte, CEP 20090-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.110.124/0001-21, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

vêm por este e na melhor forma do direito celebrar o presente [●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Primav Construções e Comércio S.A. ("Aditamento" e "Escritura"), nos termos e condições abaixo.

#### 1. AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Aditamento é celebrado com base nas Cláusulas 1.2 e 4.1.10.2 da Escritura, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer outro ato societário da Emissora, exclusivamente para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real.

#### 2. ARQUIVAMENTO DO ADITAMENTO

2.1. Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), de acordo com o disposto no inciso II e § 3º do artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Lei das Sociedades por Ações").

#### 3. RETIFICAÇÕES



3.1. Por meio do presente Aditamento, em virtude da convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real, as Partes concordam em alterar a redação das Cláusulas 2.1.2.1, 4.1.8.1, 4.1.9.1 e do item (xii) da Cláusula 9.1 da Escritura, as quais passarão a vigor com as seguintes redações:

*"2.1.2.1 A alienação fiduciária objeto do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme abaixo definido, deverá ser averbada, conforme disposto no artigo 40 e inciso III do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações e observados os prazos estabelecidos no Contrato de Alienação Fiduciária, nos livros da instituição financeira escrituradora das Ações Alienadas Fiduciariamente, conforme definido abaixo, que a anotarà no extrato da conta de depósito fornecida ao acionista, devendo a Emissora apresentar ao Agente Fiduciário comprovação de tais averbações e um extrato acima referido, evidenciando a alienação fiduciária criada."*

*4.1.8.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos da Lei das Sociedades por Ações."*

*"4.1.9.1. As Debêntures contam com garantia real representada por alienação fiduciária de 13.100.000 (treze milhões e cem mil) ações de emissão da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Ecorodovias I&L") detidas pela Emissora, negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") sob o símbolo (ticker) "ECOR3", bem como todas as ações derivadas de tais ações por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, capitalização de lucros ou reservas, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação de tais ações e quaisquer bens ou títulos nos quais tais ações sejam convertidas ou que venham a substituir tais ações (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), incluindo, sem limitação, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, e o direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Ecorodovias I&L, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação da Emissora na Ecorodovias I&L, sejam elas atualmente ou no futuro detidas pela Emissora (em conjunto, "Ações Alienadas Fiduciariamente"), não englobando o objeto desta garantia dividendos, lucros, frutos, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores a serem recebidos de qualquer outra forma, pela Emissora, da Ecorodovias I&L, relativos às Ações Alienadas Fiduciariamente, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Ecorodovias I&L, na qualidade de interveniente-anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária" e "Garantia")."*

*"9.1. (xiii) as Ações Alienadas Fiduciariamente são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade, e se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer constrições ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto pelos criados pelo Contrato de Alienação Fiduciária;"*

3.2. Ainda, por meio deste Aditamento, as Cláusulas 1.2, 4.1.9.2, 4.1.10, 4.1.10.1 e 4.1.10.2 da Escritura serão totalmente excluídos.

3.3. Por fim, as Partes concordam com a substituição da nomenclatura “quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real” por “com garantia real” no corpo da Escritura, conforme aplicável.

#### **4. RATIFICAÇÕES**

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura que não tenham sido expressamente alteradas por este Aditamento.

#### **5. DISPOSIÇÕES GERAIS**

5.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

5.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, [data].

*(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinaturas)*

[ASSINATURAS]